

SUMÁRIO

NOTA À 2ª EDIÇÃO ix

INTRODUÇÃO xi

- 1 A INVENÇÃO DE UM GREGO OBSCURO 1
 - 1.1 Introdução 1
 - 1.2 Natureza: conceito filosófico 6
 - 1.2.1 A evolução do conceito de natureza entre os gregos 11
 - 1.2.1.1 *O Direito Natural* 15
 - 1.3 A reconstrução do conceito de natureza 24
 - 1.3.1 O caminhante solitário 28
 - 1.3.2 Uma palavra em favor da natureza e da liberdade absoluta 32
 - 1.3.2.1 *O pensamento político de Thoreau* 33
 - 1.3.2.2 *Thoreau e o mundo natural* 36
 - 1.4 Conclusão 40
- 2 ALTERUM NON LAEDERE 41
 - 2.1 Introdução 41
 - 2.2 As origens do direito moderno 42
 - 2.2.1 O século jurídico 47
 - 2.2.1.1 *O direito canônico* 50
 - 2.3 Breve memória do direito romano 52
 - 2.3.1 Sistematização do direito romano 56
 - 2.3.1.1 *Corpus Iuris Civilis* 57
 - 2.3.2 A responsabilidade no direito romano 60
 - 2.3.2.1 *Delitos e quase delitos* 61
 - 2.3.2.2 *Lex Aquilia* 64
 - 2.4 O direito civil e a moderna responsabilidade civil 65
 - 2.4.1 O Código Civil francês 70
 - 2.4.1.1 *A culpa* 72
 - 2.4.2 A responsabilidade fundada na culpa no Direito brasileiro. Aspectos gerais de sua evolução histórica 75
 - 2.5 Desenvolvimento econômico e a responsabilidade sem culpa 78
 - 2.5.1 A responsabilidade civil, independentemente de culpa, no Direito brasileiro 81
 - 2.6 Conclusão 85
- 3 O HOMEM E O MUNDO NATURAL 87
 - 3.1 Introdução 87
 - 3.2 Fim do antropocentrismo? 90
 - 3.3 A defesa do meio ambiente na Inglaterra e nos Estados Unidos 94

3.3.1	Inglaterra	94
3.3.2	Estados Unidos	97
3.3.2.1	<i>O pensamento de defesa da natureza</i>	98
3.4	Ecologia	100
3.4.1	Ecossistema	105
3.5	Meio ambiente e Constituição	107
3.5.1	Doutrina jurídica brasileira	115
3.6	Conclusão	116
4	POLUIÇÃO E DANO AMBIENTAL: DUAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS	119
4.1	Introdução	119
4.2	Poluição e seus diferentes aspectos	121
4.2.1	Poluição e transgressão: o limpo como norma	121
4.2.2	Poluição, dano e crime ambiental	125
4.2.2.1	<i>Poluição em sentido estrito</i>	125
4.2.2.2	<i>Dano ambiental</i>	126
4.2.2.3	<i>Crime ambiental</i>	127
4.2.3	Poluição e sociedade: de que poluição falamos?	128
4.2.4	Poluição e Economia: ainda uma questão de ordem	135
4.2.4.1	<i>A ordem econômica do meio ambiente</i>	138
4.2.4.1.1	<i>Breve histórico</i>	138
4.2.4.1.2	<i>Ordem econômica do meio ambiente</i>	140
4.2.4.1.3	<i>Análise econômica do direito e meio ambiente</i>	142
4.3	O princípio do poluidor pagador	147
4.3.1	O princípio poluidor pagador no direito brasileiro	148
4.4	O meio ambiente prejudicado: a visão jurídica	149
4.5	Dano ambiental: diferentes olhos, diferentes visões	158
4.6	Conclusão	160
5	DANO E RECUPERAÇÃO	163
5.1	Introdução	163
5.2	Poluição causada por mercúrio	175
5.2.1	Minamata	175
5.2.1.1	<i>Processos judiciais</i>	180
5.3	Minamata no Brasil?	183
5.3.1	Região amazônica	183
5.3.2	Rio de Janeiro	187
5.4	Além do princípio da responsabilidade: a necessária solidariedade	188
5.4.1	Justiça e produtos tóxicos	190
5.4.2	Os fundos de indenização: mecanismo mais rápido e eficiente	197
5.4.2.1	<i>Fundos voluntários</i>	197
5.4.2.2	<i>Superfund</i>	199
5.4.2.2.1	<i>Financiamento e utilização do Superfund</i>	201
5.5	Fundos no Brasil	203

5.5.1 Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA 203

5.5.2 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – FDD 205

5.5.3 Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM (Estado do Rio de Janeiro) 207

5.6 Conclusão 209

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 211